

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Em cima do muro

Até aqui, os presidentes de partidos de centro-direita como Progressistas, Ciro Nogueira, e União Brasil, Antônio Rueda, mantêm um posicionamento totalmente a favor do ex-presidente Jair Bolsonaro. Entretanto, com a decisão do STF e a repercussão do tarifaço de Donald Trump ao Brasil, os partidos precisarão escolher um lado: ou apoiar Bolsonaro ou defender a soberania nacional perante aos Estados Unidos.

Cálculo não explicado

Ainda sobre o relatório da isenção do IR, deputados questionam a decisão do relator, Arthur Lira (PP-AL), de deixar de fora a arrecadação dos dividendos em 2025. Segundo deputados, o cálculo no relatório de arrecadação terá um desfalque de R\$ 4 bilhões. Questionado durante a comissão, Lira se esquivou da pergunta.

E a reforma administrativa?

Para o deputado Luiz Philippe de Orléans e Bragança (PL-SP) o parecer do relator da reforma administrativa, Pedro Paulo (PSD-RJ), foi aquém do esperado. “Avaliação de desempenho e limite ao teletrabalho são medidas básicas, mas tímidas diante do tamanho da máquina. Sem enfrentar a estabilidade excessiva, os penduricalhos e a politização da estrutura, o Brasil continuará refém de um Estado que serve a si mesmo antes do cidadão”, afirmou à coluna.

Vai cair

Muitos parlamentares apostam que a taxação dos dividendos no projeto da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil não vai durar. Parte do texto deve cair no plenário da Câmara. Entretanto, caso o item sobre os dividendos avance para o Senado, será derrubado.

Lula e Bolsonaro no centro da crise



O presidente Lula e o ex-presidente Jair Bolsonaro serão cada vez mais forçados a empregar discursos politizados — principalmente após as medidas cautelares determinadas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. No caso do ex-presidente, a restrição à liberdade deixou para segundo plano qualquer esforço do governo brasileiro para resolver o impasse tarifário provocado pela Casa Branca.

Até quinta-feira, Bolsonaro se apresentava como alguém que poderia ser interlocutor – mais um, além de Tarcísio de Freitas –

para frear a ofensiva comercial dos Estados Unidos. Essa iniciativa, entretanto, não se sustentava em pé. E, desde ontem, foi aniquilada pela dimensão política que o affair Trump-Brasil adquiriu.

Quanto ao presidente Lula, com a decisão do STF e a retaliação norte-americana de suspender o visto ao ministro Alexandre de Moraes, não há outra alternativa exceto defender com mais veemência a soberania do Brasil. Aliados e mesmo parlamentares de centro acreditam que o chefe do Planalto vá “pisar no acelerador”.

Blindado

Chamou a atenção dos parlamentares o comportamento do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo em dois eventos ligados ao Legislativo — almoço na Frente Parlamentar pelo Empreendedorismo e audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Comenta-se que o pupilo de Lula é treinado e não conversa com ninguém após os eventos. “A assessoria blinda muito o Galípolo. Ele nunca fala”, comentou um participante dos encontros.

A ver navios

O texto em tramitação na Câmara dos Deputados sobre isenções tributárias, de autoria do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), deve ser deixado de lado. Benevides tem um acordo com o presidente da Casa, Hugo Motta de seguir com o texto caso o governo não envie proposta. Mas como adiantado pela coluna, a proposta da Fazenda integrará o relatório do projeto proveniente do Senado.

Vai ser cheio

À coluna, o presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Fabio Schiochet (União-SC), está preocupado com a volta dos trabalhos em agosto. Segundo ele, os ânimos dos deputados devem voltar sensíveis em razão do período pré-eleitoral. E não faltam motivos: as representações contra Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Kim Kataguiri (União-SP), Célia Xakriabá (PSol-MG), Lindbergh Farias (PT-RJ); a revisão do caso do Gilvan da Federal (PL-ES); e a possibilidade de a oposição denunciar Erika Hilton (Psol-SP).

Nova tendência

Entretanto, ao analisar os casos mais recentes, o presidente acredita que o conselho pode manter a tendência de suspender mandatos ao invés de aprovar a cassação. “É mais fácil suspender do que cassar, tem mais harmonia e pode ser uma nova forma de evitar os conflitos na Casa”, ponderou.

PODER / Desde que chegou aos EUA, Eduardo Bolsonaro mantém registros nas redes sociais de que buscava o apoio do governo de Donald Trump contra o ministro do STF — e não nega que queria interferir no julgamento do pai

Longa atuação contra Moraes

» ISRAEL MEDEIROS

A proibição de comunicação entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), se deu apenas dois dias depois de o parlamentar publicar um vídeo em frente à Casa Branca, ao lado do influenciador bolsonarista Paulo Figueiredo — neto do ditador João Figueiredo e indiciado por participação na trama golpista de 2022. Na ocasião, a dupla disse ter participado de uma rodada de reuniões com autoridades do governo do presidente Donald Trump e ouvido delas que a possibilidade de impor sanções ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), continua a ser analisada. Uma delas veio ontem à noite, com a retirada do visto de entrada nos Estados Unidos concedido ao magistrado (**leia mais na página 5**).

No dia seguinte, o jornal norte-americano *The Washington Post* publicou uma reportagem sobre a atuação direta de Eduardo junto à administração Trump contra Moraes. Segundo a publicação, a informação foi confirmada por quatro fontes do governo norte-americano familiarizadas com o assunto. Naquele mesmo dia, Trump publicou uma carta direcionada a Bolsonaro, classificando como “terrível” o tratamento dispensado pelo que chamou de um “sistema injusto” no Brasil.

“Esse julgamento deve acabar imediatamente! (...) É minha sincera esperança que o governo do Brasil mude de rumo, pare de atacar adversários políticos e encerre esse regime ridículo de censura. Estarei observando de perto”, disse o Trump.

Bolsonaro respondeu em um vídeo publicado em suas redes sociais com legendas em inglês. “Querem me alijar do processo

político, alijar a maior liderança direita da América do Sul e entendo que eleição sem oposição, isso sim é um golpe. (...) Presidente Trump, muito obrigado pela carta. Conte com a minha eterna graditão”. Esta foi a última postagem do ex-presidente, antes de ser proibido por Moraes de utilizar suas redes sociais.

A atuação de Eduardo Bolsonaro contra autoridades brasileiras, no entanto, é mais antiga. Quando ainda era parlamentar, em janeiro, esteve nos EUA para a posse de Trump acompanhado da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Ambos ficaram de fora da cerimônia, mas participaram de eventos paralelos com extremistas aliados do presidente recém-empossado. Em um deles, foi saudado publicamente por Steve Bannon, ex-assessor de Trump, que apontou o filho 03 de Bolsonaro como futuro presidente do Brasil.

Nos meses seguintes, Eduardo publicou várias fotos ao lado de deputados e outras autoridades norte-americanas. Enfatizou que atuava para pedir sanções ao judiciário brasileiro e, mais especificamente, contra de Moraes devido a uma suposta perseguição a seu pai e contra o que chamou de “censura” do Judiciário nacional à direita brasileira.

Em abril, quando a bancada do PT acionou a Procuradoria-Geral da República (PGR) para recomendar o confisco do passaporte do deputado federal licenciado e sua prisão por crime de traição à pátria, Eduardo não quis esperar o resultado. Antes que a PGR se manifestasse, anunciou uma licença do cargo e a permanência nos EUA para continuar a tentativa de emplacar a narrativa de perseguição e censura. A PGR, no entanto, não recomendou o confisco do passaporte. O STF acatou a recomendação.

Reprodução/Redes sociais



Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo nos jardins da Casa Branca: ação coordenada contra o ministro

Primeiros sinais foram dados em maio

Em maio, o governo norte-americano deu as primeiras sinalizações de que estudava sanções contra o Brasil. No dia 21 daquele mês, o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, disse, em uma sessão do Congresso, que existia uma “grande possibilidade” de Washington punir Moraes e que o assunto estava sob análise. Não entrou em detalhes sobre o assunto. A fala foi uma resposta a um questionamento do deputado republicano Cory Mills, que havia se encontrado dias antes com Eduardo e com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Credn) da Câmara, Filipe Barros (PL-PR). A reunião foi registrada com uma foto

e divulgada pelo próprio Eduardo em suas redes sociais.

O anúncio das tarifas de Trump ao Brasil veio só em 9 de julho, dias depois da cúpula dos Brics no Rio de Janeiro, onde os países membros voltaram a discutir a diminuição da dependência do dólar para o comércio internacional. Na ocasião, Trump enfatizou que a taxação aos produtos brasileiros era motivada pelo “tratamento” dado pela Justiça ao ex-presidente. Em um trecho da carta, ao explicar qual seria a motivação econômica para a medida, disse que os EUA têm déficit comercial com o Brasil (compra mais do que vende) — o que não é verdadeiro.

Eduardo veio a público, imediatamente, dizer que a decisão

de Trump deu-se por influência de sua atuação nos EUA. Com a repercussão negativa sobre o assunto, no entanto, afirmou que seu objetivo era apenas sancionar o ministro Moraes.

Depois da operação da Polícia Federal (PF) contra Bolsonaro, ontem, Eduardo voltou a criticar o Judiciário e o governo brasileiro pela reação às tarifas de Trump. O deputado licenciado disse que o Brasil é o “único país do mundo que está respondendo a tarifas com prisões”.

O parlamentar argumentou que a decisão foi baseada em ações legítimas do governo dos EUA iniciadas depois do anúncio das tarifas impostas por Trump ao Brasil. “Na prática, Alexandre de Moraes está tentando

criminalizar Trump e o próprio governo americano”, observou.

A licença de Eduardo na Câmara acaba amanhã. Em tese, o parlamentar teria que voltar ao trabalho na segunda-feira — apesar de o Congresso estar de recesso, os prazos continuam valendo. Mas disse ao jornal Folha de S.Paulo, em 14 de julho, que pretende continuar nos EUA e que, provavelmente, vai abrir mão do mandato. O político pode perder a cadeira de deputado se faltar a um terço das sessões ordinárias da Casa. A bancada do PT, no entanto, prepara um pedido para pedir a suspensão e a perda do mandato de Eduardo assim que o prazo de reapresentação acabar. **(IM)**



Querem me alijar do processo político, alijar a maior liderança direita da América do Sul e entendo que eleição sem oposição, isso sim é um golpe. (...) Presidente Trump, muito obrigado pela carta. Conte com a minha eterna graditão”

Agradecimento de Bolsonaro a Trump, no último vídeo gravado antes do tornozeleira